



PMs querem cumprimento da lei

Representantes da Aprasc (Associação de Praças do Estado de Santa Catarina) estiveram presentes na sessão plenária de quinta-feira (25), reivindicando aos parlamentares apoio para efetivar reajuste aprovado pela Assembléia em novembro de 2003 e referendado pelo governo. O reajuste escalonado de 25% a 93,81% aos servidores da Segurança Pública seria concedido quando houvesse incremento de receita.

O presidente da Aprasc, Amauri Soares, disse que até agora não foi paga nenhuma parcela do reajuste. "Nós tentamos uma audiência com o governador Luiz Henrique, através do presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), mas não fomos recebidos". Do Legislativo os policiais saíram em passeata pelo centro de Florianópolis.

O líder do PMDB, Ronaldo Be-



Praças de todo o Estado reivindicam ação do parlamento junto ao governo

nedit, disse que o governo está aberto ao diálogo para que se possa encontrar uma solução racional que atenda ao anseio do setor. Os deputados João Paulo Kleinübing (PFL), Joares Ponticelli (PP) e Dionei Walter da Silva (PT) classificaram o reajuste como virtual. "Eles devem mesmo é se organizar, protestar, pressionar, porque em 15 meses já deveria ter sido encaminhada uma

solução", defendeu Dionei. Kleinübing lembrou que a bancada do PFL apresentou uma emenda ao projeto de aumento escalonado para a Segurança Pública, proibindo a criação de novas despesas com pessoal enquanto o reajuste não fosse integralizado, mas a emenda foi rejeitada pelos governistas. "O governo tem que ter palavra e não pode ficar fazendo lei para não cumprir". (SD)

Vetos trancam a pauta

Lideranças de bancadas buscam mobilizar parlamentares

Pela segunda semana consecutiva, os 20 vetos que ainda restam não foram votados. Para o líder do governo, Herneus de Nadal, o que está impossibilitando a votação é a participação de um número mais significativo de parlamentares. "Para derrubar um veto são necessários 21 votos, o que significa maioria absoluta". Em contrapartida, o líder do PFL, Antônio Ceron, acredita que o quórum está mesmo baixo. "Estamos fazendo um apelo para que eles participem da votação na próxima terça-feira (30), porque com 22 ou 23 parlamentares não há possibilidade de derrubada de vetos. A oposição tem interesse em derrubar alguns vetos, até porque são de origem parlamentar", explicou.

Nadal acredita que a apreciação em plenário das mensagens de veto será mesmo na terça-feira (30). "A votação terá de ser feita, pois ela tranca a pauta. Nós estamos prontos para a apreciação dos vetos desde o dia 16", disse o líder do governo. Antônio Ceron enfatizou a necessidade da presença dos deputados e criticou a base governista. "Quando o governo quer aprovar um projeto, ele consegue porque entra em acordo com os parlamentares e passa a patrola". (DAB)

40 anos do golpe militar

No dia 31, às 21 horas, os ex-presos políticos Rogério Queiroz, Adir Vieira Filho, Anita Pires, Eglê Malheiros e o presidente da União Catarinense de Estudantes, Júnior Lauri Schwinder, estarão lembrando os fatos e as conseqüências do golpe militar de 64, em debate transmitido pela TVAL, ao vivo. Mostra de documentos e fotos históricas sobre os

anos da ditadura abre no dia 1º de abril, pela manhã, no hall da Assembléia, permanecendo até o dia 8. Às 19 horas, num ato solene no plenário, com a presença de ex-presos políticos, anistiados políticos, estudantes e representantes da sociedade civil organizada, encerram-se as atividades programadas pelo Legislativo catarinense para marcar a data. (MOR)

ENTREVISTA

Oscar Rössler, paleontólogo da Universidade do Contestado, fala das riquezas históricas do Planalto Norte

Mesa define calendário especial na quarta

Ficou para quarta-feira (31) o encaminhamento do calendário especial de funcionamento dos trabalhos parlamentares na Assembléia Legislativa, no período compreendido entre abril e setembro, em conseqüência das eleições municipais. A reordenação do cronograma das Comissões e sessões plenárias nesta época é praxe e, conforme salienta o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), é construída e efetivada somente se houver acordo entre as bancadas, mantendo a tramitação normal das matérias.

"O Legislativo cumpre e cumprirá rigorosamente com a apreciação das proposições, realizando sessões extraordinárias à noite e reduzindo pela metade o recesso, por exemplo. As

bancadas discutirão as propostas na terça-feira e levarão o resultado à Mesa, que decidirá por um calendário sem prejuízo das atividades do Legislativo", explicou Morastoni. Evitar o esvaziamento, garantir a tramitação dos projetos e permitir que os deputados participem do processo eleitoral, atuação inerente ao parlamentar, são as premissas para o cronograma diferenciado.

De acordo com o líder do PFL, deputado Antônio Ceron, a proposta que está sendo analisada prevê duas semanas de trabalho nos meses de agosto e setembro. Em agosto, os trabalhos seriam na primeira e terceira semanas, e em setembro na primeira e segunda semanas.

As bancadas petista e pepebis-

ta, conforme seus líderes, deputados Pedro Baldissera e Joares Ponticelli, respectivamente, também já estavam avaliando a proposta na quarta-feira (24). "Vários parlamentares contribuíram com propostas, pois no ano de 2000 a Assembléia foi bastante criticada pela imprensa por ter elaborado um calendário eleitoral tão espaçado", comentou Ponticelli. O PMDB, de acordo com o deputado Herneus de Nadal, não quer a redução das sessões e não admite prejuízo ao trabalho parlamentar. "Em ano eleitoral, as viagens são mais constantes, por isso temos que racionalizar e fazer um calendário que não prejudique nosso trabalho como legisladores e que ao mesmo tempo nos permita trabalhar nas bases", sintetizou. (MMV)

Estatuto do Idoso: respeito à dignidade humana

O Estatuto do Idoso, em vigor desde 1º de janeiro, transformou em lei o que deveria ser uma obrigação da sociedade: o direito de envelhecer com dignidade e amparado por políticas públicas. A proteção vai do sustento alimentar para quem não tem condições econômicas de provê-lo à garantia de que os crimes contra idosos não irão prescrever. É uma boa teoria, mas não podemos deixar que seja apenas isso. Temos mais de 20 milhões de pessoas com idade a partir de 60 anos. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), estima que a população brasileira de idosos, em 2025, estará em torno de 32 milhões de pessoas.

A defesa da dignidade do idoso é um compromisso a ser cumprido por toda a sociedade. Fazer valer a preferência de atendimento no SUS (Sistema Único de Saúde) e garantir o fornecimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso continuado, integram as determinações do Estatuto, bem como a proibição aos planos de saúde de cobrar mais, não em razão da idade. Este último artigo, bem como os demais itens do Estatuto, são uma questão de reconhecimento e justi-

ça para com aqueles que ajudaram a construir nosso país. A prioridade na tramitação de procedimentos judiciais, rigor com as ações ou omissões que desdenhem, humilhem, menosprezem ou discriminem a pessoa idosa, por qualquer motivo, estão agora determinados em lei.

Precisamos recuperar nos bancos escolares os conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, a fim de contribuir para a eliminação do preconceito, uma iniciativa fundamental. O envelhecimento é um processo natural que atinge todos os seres humanos e feliz daquele que chegar a esse estágio, pois o dom da vida é o mais precioso que Deus nos deu.

Vamos ensinar aos jovens, enquanto ainda são jovens, a importância de se tratar com dignidade os que construíram o nosso passado e ergueram os alicerces do nosso futuro. Ensinar que é com eles, com esses idosos, que temos muito a aprender. Todo caminho inicia com o primeiro passo. Passo esse, dado pelos nossos idosos. A continuidade dessa caminhada só pode se dar com o nosso respeito.

Deputado Narcizo Parisotto - Líder do PTB

Hora de modificar as mentes

O mês de março pauta uma extensa agenda em defesa dos direitos humanos e traz à tona temas que nos envergonham e exigem atitudes. A menos comentada das efemérides de março aconteceu no dia 21, o Dia Mundial de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, a maior de nossas vergonhas. No dia 21 de março de 1960, na localidade de Sharpeville, em Joanesburgo, África do Sul, a polícia sul-africana abriu fogo contra uma multidão desarmada que protestava contra o regime de apartheid. Foram mortas 69 pessoas negras, entre elas 19 crianças. Milhares ficaram feridas.

O racismo é uma doença que, ao longo dos séculos, protagonizou injustiças e justificou a exploração de diferentes povos - judeus, indígenas, negros e minorias étnicas. Infelizmente, o Brasil não está livre desse mal. Carregamos marcas profundas de um passado escravagista. E depois de 1888, o Brasil não se esforçou para reparar os danos causados à população negra. Os negros foram "soltos". Sem direito à terra, emprego, educação, habitação, saúde, manifestações de sua cultura e religiosidade. Continuaram escravos. Temos a obrigação de implantar medidas que eliminem a desigualdade racial. É

um princípio jurídico que, se uma pessoa prejudica outra, deve reparar-lhe o dano.

O governo Lula está empreendendo um grande projeto de implantação de ações afirmativas. A política de cotas, um meio transitório para amenizar as dificuldades do negro de inserção no mercado de trabalho, no serviço público e na universidade gratuita, é um exemplo. No ano passado apresentamos o Projeto de Lei 482/2003, que institui o Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade e de Inclusão Racial. O projeto continua tramitando e estamos reunindo esforços pela sua aprovação.

Certos de que não bastam leis para mudar aquilo que há séculos vem sendo praticado contra a população negra em nosso Estado e país, temos, no entanto, a mesma crença de Martin Luther King de que "a lei não muda as mentes das pessoas, mas pode provocar mudanças de comportamento que gradualmente modifiquem também as mentes". Repudiamos o racismo. Precisamos eliminar essa enfermidade de nossas vidas. Assim nos tornaremos seres mais saudáveis e mais humanos.

Deputado Dionei Walter da Silva (PT)

Projeto seleciona mais 20 jovens

oitenta jovens de 16 a 24 anos disputam 20 vagas da segunda etapa do Projeto Antonieta de Barros. O projeto foi criado na gestão do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) como presidente da Escola do Legislativo, visando à promoção e inclusão social de jovens marginalizados no mercado de trabalho.

Na sexta-feira (12), houve uma apresentação do programa e seus objetivos para 22 entidades não-governamentais dos municípios de Palhoça, Florianópolis, São José e Biguaçu, responsáveis pelas indicações dos jovens. Segundo a coordenadora do projeto, Jeruse Romão, o próximo passo é o mais difícil. Será

a seleção dos 20 contemplados que antes de iniciarem os estágios na Assembléia Legislativa passarão pelo processo de formação básica, que os qualificará para desempenho de suas atividades.

O projeto Antonieta de Barros consiste em oferecer espaço no Legislativo catarinense, através de estágios, a estudantes do ensino médio, filhos de famílias cuja renda não ultrapassa 2,5 salários mínimos e excluídos por condições étnicas, por local de moradia, por gênero ou por limitações físicas. Na primeira etapa, 22 jovens foram selecionados e estão atuando em diversos setores da Casa. (MIL)

Mais informação aos catarinenses

A Divisão de Imprensa da Alesc lançou o "clipping" digital, com as principais notícias dos jornais de circulação estadual e a sinopse, feita pela Radiobrás, das notícias dos jornais de circulação nacional (JB, FSP, ESP, O Globo, Correio Brasileiro e Zero Hora).

Nas primeiras horas da manhã, a equipe do setor de expedição seleciona e disponibiliza as informações na página da Alesc, que pode ser acessada

por todos os funcionários da Casa. Além do público interno, todas as pessoas que visitam o site da Alesc têm acesso às principais informações estaduais e nacionais. Proporcionando economia de papel, de cópias e de tempo, a iniciativa da equipe da Divisão de Imprensa agiliza e democratiza a informação. Para conferir o clipping digital, entre na página da Assembléia na Internet <www.ale.sc.gov.br> e clique em "clipping".

O Leitor

oleitor@ale.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

perguntaodeputado@ale.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tonini, Lisandréa Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlainne Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Dez anos do Diário do Sul

O jornal *Diário do Sul*, de Tubarão, foi homenageado na noite de quarta-feira (24), pela passagem de seu 10º aniversário de fundação. A proposição foi do deputado Genésio Goulart (PMDB). Participaram da solenidade os deputados Celestino Secco (PP), Manoel Mota (PMDB), Ronaldo Benedet (PMDB) e Djalma Berger (PSDB), o presidente da Ordem dos Jornalistas do Brasil (seção SC),

Ciro Barreto, os diretores do veículo, Tomás Viana de Albuquerque e Lúcio Flávio de Oliveira, estudantes da Unisul, colunistas e ex-funcionários.

Goulart destacou a importância do *Diário do Sul* para a região e lembrou do surgimento da publicação, como o quinzenário *Jornal de Negócios*, em 1991, primeiro jornal catarinense de classificados gratuitos para pessoas físicas. "Desde a fundação do jornal, eu já fui vereador, prefeito e hoje sou deputado e sempre caminhando lado a lado com ele. Às vezes elogiado e outras criticado, mas construtivamente, posso dizer que tenho o privilégio, também, de fazer parte da história do *Diário do Sul*", disse Goulart.

Ao falar sobre a trajetória do periódico, Benedet enalteceu a



Albuquerque recebeu placa comemorativa do Legislativo das mãos de Goulart

conduta editorial do veículo, conduzido pelos empresários Tomás Albuquerque e Lúcio Flávio, que, em 1993, incluíram os editoriais e o jornalismo de alta credibilidade foi o destaque junto à opinião pública. Goulart lembrou que, em 1994, o *Diário* era um pequeno jornal de oito páginas e circulação de terça a sábado, sendo o terceiro do país a utilizar o sistema de fotografia digital, em 1995. Lançou a primeira rede de jornais de Santa Catarina, em março de 1997, com mais dois diários: o *Diário do Sul Vale*, em Braço do Norte, e o *Diário do Sul Litoral*, em Imbituba, que cobre os municípios do litoral catarinense até a Grande Florianópolis.

As páginas do *Diário* também circulam na internet com maté-

rias curtas e textos leves. Em 1999, o jornal ganhou novo projeto editorial. "Pioneirismo é a marca registrada dessa empresa", sintetizou Goulart.

O deputado Celestino Secco também prestou sua homenagem ao *Diário do Sul*, seguido pelo jornalista Ciro Barreto e pela professora Abigail Machado. Goulart entregou a Tomás Albuquerque uma placa alusiva à data. Lúcio Flávio de Oliveira revelou que o jornal estará inaugurando em maio, junto com o aniversário de Tubarão, sua nova sede e parque gráfico, além de novo projeto gráfico. "Também estaremos lançando o *Diário de Criciúma*, muito em breve", anunciou. (CA)

Jornalista é lembrado

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Morastoni lembrou o polêmico e combativo Dalmo e seu *Diarinho*

O presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), homenageou o editor e fundador do *Jornal Diarinho*, Dalmo Vieira, em discurso na sessão de quarta-feira (24). Nascido em Itajaí, o "Véio Dalmo", como era conhecido, teve um infarto fulminante, durante um cruzeiro marítimo, e faleceu no último dia 22, pouco antes de completar 75 anos. Ele fundou o *Diarinho* há 25 anos, consolidando a publicação como o mais polêmico jornal catarinense.

Dalmo também foi vereador pelo PTB e, em 1966, foi eleito suplente de deputado estadual, mas ao ser convocado recusou-se a assumir a cadeira, argumentando que era uma "casa de vacas de presépio, enxovalhada pela cassação covarde de Manoel de Menezes e Paulo Stuart Wright". Aos 50 anos deixou de lado a advocacia e a política e partiu para o jornalismo. Começou como colunista no jornal *A Cidade* e colaborou com o jornal *A Notícia Escolar*, assinou a coluna Jurídicas, do *Correio do Povo*, passou pela *Folha de Itajaí* e dirigiu a *Tribuna do Povo* e presidente do jornal *O Povo*, em 1989.

O jornal *O Diário* começou em tamanho A4 e papel branco, em 1979, com oito páginas. Optou por uma linguagem popular, abrindo espaço para pautas da comunidade, ampla participação popular e densa cobertura de notícias policiais. Nascia assim o "*Diarinho*". Na década de 90, Dalmo sofreu violenta repressão política de autoridades da época e foi preso, passando o mês de agosto de 1993, no presídio de Itajaí. De lá ele enviava à redação a coluna *Cadeião*. (TK)

Dia Internacional da Água

Na segunda-feira (22), representantes de entidades públicas e da sociedade se reuniram para discutir o tema da Campanha da Fraternidade 2004 - *Água, Fonte de Vida*. O debate aconteceu no plenário, promovido por iniciativa dos gabinetes dos deputados petistas Afrânio Boppré e Pedro Baldissera, este último líder da bancada do partido na Assembléia Legislativa. Para Boppré, atualmente a questão da água não deve ser analisada apenas pelo aspecto ambiental, pelo desperdício no consumo e a poluição através dos resíduos agrícolas, industriais e do lixo, mas também quanto à privatização.

"Isto está escondido. A mídia ainda não divulgou, mas o valor econômico da água já está despertando a sede das grandes empresas multina-

cionais do setor de saneamento. No entender destas grandes corporações, a água não é um bem comum, mas um produto que pode gerar um bom lucro. Admitir esta hipótese é o mesmo que admitir que devemos pagar pelo ar que respiramos, somos contra a mercantilização da natureza".

O parlamentar lembrou que o Brasil possui 12% das reservas de água doce do planeta, um bem público que sofre ameaças constantes com o desmatamento de nossas florestas. "A água é um tema de vital importância no século XXI e guerras mundiais podem ocorrer pelo seu controle. Precisamos encontrar fórmulas de preservar as florestas, pois os rios e a mata ciliar armazenam água e garantem a nossa biodiversidade, preservando a fauna e a flora". (RV)



Entidades e deputados debatem tema da Campanha da Fraternidade de 2004

A história do muro subsolo catarinense

Carlos Agne

A obra para a construção de uma empresa às margens da BR-280, próximo à entrada da cidade de Mafra, no Planalto Norte catarinense, resultou na destruição de parte de um patrimônio natural, em 1996. Foi a partir daí que forças da comunidade, entre elas universitários, historiadores e paleontólogos, iniciaram um grande empreendimento visando à preservação dos sítios arqueológicos onde existem fósseis, criando o Cepaleo (Centro Paleontológico), ligado à UnC (Universidade do Contestado), campus de Mafra.

Foi o início de um grande projeto que culminou com a criação de um museu, sendo fator de desenvolvimento cultural, educacional e econômico dessa área, conforme explica o coordenador geral do projeto, professor Oscar Rössler. Natural da região, mas tendo vivido muito tempo fora de Santa Catarina, Rössler cursou História Natural na Universidade Federal do Paraná, fez mestrado em Paleontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorado na Universidade de São Paulo e pós-doutorado na Inglaterra, em Paleobotânica. O professor vem promovendo a preservação dos fósseis da região, incentivando o turismo científico e também a inclusão do tema na grade curricular do ensino fundamental.

AL Notícias - Como nasceu o Projeto Cepaleo?

Professor Oscar Rössler - Os fósseis descobertos por ocasião da construção da empresa, na realidade, já eram conhecidos na região. Exatamente naquele e em vários outros locais. Isso já vem desde a década de 30, do século passado. Nós fizemos vários estudos sobre isso, inclusive uma tese de doutorado sobre esses fósseis estava sendo defendida na Inglaterra pela doutora Marta Richter. Ela começou a se envolver nessa tarefa depois de um convite que havia feito a ela, no tempo em que eu trabalhava na Universidade de São Paulo, pois atuava na área voltada aos fósseis de peixes e isso tem muito por aqui. Seu envolvimento foi tanto, na época em que houve o movimento com a destruição dos fósseis, em 1996, que surgiram pias de que seria apedrejada com os próprios fósseis pelos responsáveis da empresa.

A destruição desses fósseis, que não

foi feita de maneira intencional, causou praticamente a destruição desse patrimônio. Não havia quem pudesse orientar a retirada do material antes da construção. O conflito foi de grandes proporções e chegou a ser divulgado nacionalmente, criando impasse na construção da empresa e o salvamento do material que ainda restava. Esse impasse gerou uma reunião, em 19 de fevereiro de 1997, da qual participaram os paleontólogos e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a PUC gaúcha, a UFSC, a Federal do Paraná, a Estadual de Ponta Grossa e eu participei representando a USP, embora estivesse recém-aposentado.

Na reunião seria discutido um certo apoio que a empresa daria para a Universidade do Contestado absorver o material que havia sido retirado do terreno e que estava depositado no pátio da Prefeitura. Seria como um patrimônio inicial colocado à disposição de pesquisadores. A universidade teria de centralizar isso, mas não tinha um paleontólogo. Então, o nosso próprio envolvimento acabou acontecendo porque eu já era uma pessoa conhecida da universidade. Aceitei com a condição de que não fosse apenas uma atu-

ação temporária.

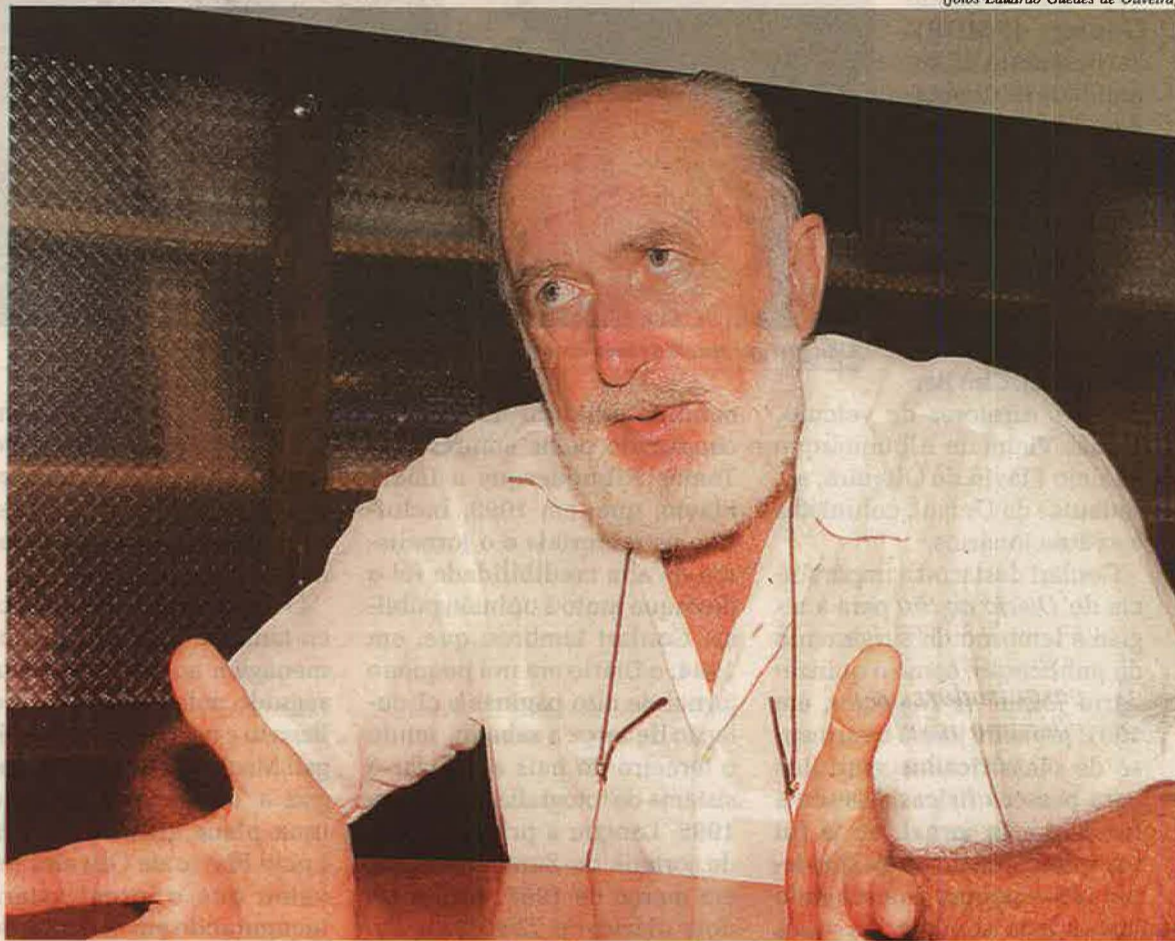
AL Notícias - Isso culminou com a implantação do Museu da Terra e da Vida na Universidade?

Rössler - Exatamente. Já se pretendia, com o Museu, colocar à disposição da comunidade um meio de comunicação permanente, onde as escolas pudessem levar seus alunos para tomar consciência de um patrimônio e de que a popu-

lação deve cuidar e usufruir de sua existência. Se for inteligentemente utilizado, pode ser fator de desenvolvimento da região através do turismo científico. Só para exemplificar, nos surpreendeu o número de universidades e de grupos de universitários que visitaram o museu com seus professores. São várias universidades de Turismo do Estado de São Paulo, do Paraná, de pequenas instituições de Santa Catarina e da Universidade Federal que, anualmente, leva seus alunos do curso de Biologia.

Na verdade, já existe um turismo científico. Nós também tivemos aqui pesquisadores de altíssimo nível internacional e que acabaram incluindo em seu roteiro a passagem por Mafra para conhecer o Centro Paleontológico. Em 2000, recebemos a visita de um grupo importantíssimo, formado por chineses, japoneses, coreanos, austríacos e americanos que ficaram muito impressionados com o empreendimento. Isso resultou no início de um convênio com a Alemanha.

Nós só não conseguimos fechar esse convênio porque não tínhamos espaço para instalar um empreendimento tão grande. Tínhamos, na verdade, o seminário em Rio Negro. Pela boa vontade do prefeito e da Câmara de Vereadores, que cedeu parte das instalações em regime de comodato. Portanto, sem custos,



(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)



Fóssil de Mesosaurus, doado por Wilson Greinert, de Três Barras, integra o acervo do museu

do em inense

“Nos surpreendeu o número de instituições e de grupos de universitários levados pelos professores de várias universidades de Turismo dos estados de São Paulo, do Paraná, de pequenas universidades de Santa Catarina e da Universidade Federal que anualmente trazem seus alunos e o pessoal do curso de Biologia. Na verdade, já existe um turismo científico. Nós também tivemos a visita de pesquisadores de altíssimo nível internacional que incluíram em seu roteiro a passagem por Mafra para conhecer o Centro Paleontológico”.

Queremos, em dois anos, fazer com que 100% dos alunos do ensino fundamental tenham um mínimo de cultura científica relacionado a esse patrimônio.

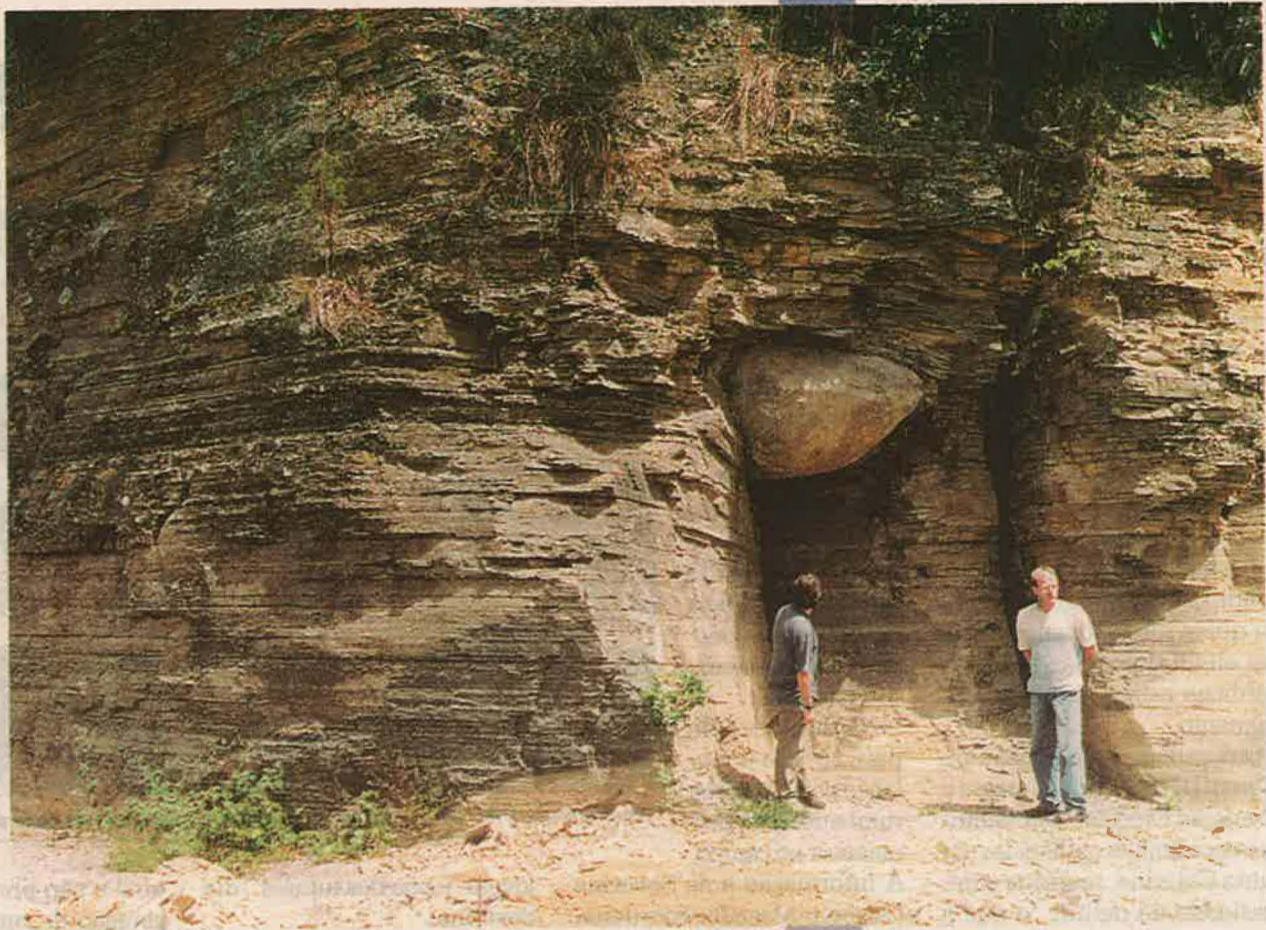
AL Notícias - Como vocês conseguem subsistir, já que a tradição brasileira não é de estímulo à pesquisa e ensino?

Rössler - Nossa subsistência é mais por teimosia. Eu tenho aqui um único funcionário de ofício, mas existe a boa vontade de alguns cidadãos que colaboram espontaneamente ao longo do tempo. Eles entendem a importância do empreendimento. Por outro lado, o que torna um pouco difícil é o que planejamos fazer em três anos. Estamos levando bem mais tempo. Isso exige uma vontade muito grande para não desistir. O Cepaleo é bem visto onde existe uma cultura científica. É prestigiado pela Academia Brasileira de Ciências e por entidades importantes do país.

Em Santa Catarina, infelizmente não temos ainda uma Fundação de Amparo à Pesquisa como existe em São Paulo. Existe a Funcitec, que não tem uma gestão tão diretamente ligada à comunidade científica e, certamente, essa fundação pode vir a existir. As coisas ficam mais fáceis a partir daí. Uma coisa que estamos conhecendo agora e que é novidade é a relação com o Terceiro Setor. Há empresários extremamente lúcidos em nosso país que querem usar de seus prepostos para beneficiar projetos que tenham importância. Estamos enveredando para esta busca de recursos. O desconhecimento geral em grande parte da população ainda prejudica. Mas é nossa função melhorar isso.

AL Notícias - Como podem ser evitadas destruições semelhantes à de 1996?

Rössler - Bem, o Cepaleo surgiu com essa proposta porque agora existe em SC um centro que pode assessorar qualquer prefeito, governo ou qualquer entidade ou empresário, verificar se ele terá problemas para construir alguma coisa ou até mesmo a questão das estradas. Na verdade, o Centro está à disposição para colaborar para que seja salvo o material encontrado, pois em qualquer lugar que se vá escavar por aqui pode-se encontrar coisas interessantes.



Sítios arqueológicos espalham-se pela região de Mafra e são potenciais propulsores de um turismo diferenciado

O potencial da região é muito grande e para muitas décadas. Um patrimônio desses só não foi explorado ainda por falta de conhecimento. Posso dizer que, pelo que pude conhecer durante essa vida, por vários países diferentes, se Santa Catarina investisse nesse empreendimento ligado ao patrimônio natural, não vai se arrepender. Tem muita coisa a ganhar. Esse é um projeto que enaltece nossa região internacionalmente. Isso é bom para o nosso turismo, é bom para nossa juventude, que encontra meios de se inserir em empreendimentos que resultam da exploração do patrimônio natural de maneira sustentável, econômica e ecologicamente.

“O Centro está à disposição para colaborar para que seja salvo ou material encontrado, pois em qualquer lugar que se vá escavar por aqui pode-se encontrar coisas interessantes. O potencial da região é muito grande e para muitas décadas. Um patrimônio desses, só não foi explorado ainda por falta de conhecimento.”

se teríamos à disposição, inicialmente mil metros quadrados, com possibilidade de ampliação.

AL Notícias - O Centro está trabalhando para a inserir estudos paleontológicos na grade curricular do ensino fundamental?

Rössler - É uma coisa que está começando. Nós estamos trabalhando nisso há sete anos, desde a criação do Cepaleo, e estamos implementando através de um convênio entre a Prefeitura e a Fundação Frei Miguel, pelo prazo, inicialmente de dois anos. A Fundação Frei Miguel é uma instituição criada especialmente para dar apoio às atividades do Centro Paleontológico naquilo que não é função precípua da Universidade. Existem outros empreendimentos, tipo turismo científico, cursos de desenvolvimento, criação de parques naturais, pois nosso objetivo é apenas olhar a vida passada e simular a seqüência, como nos dá o entendimento para a vida atual. Isso cria um fator de preservação.

AL Notícias - Consciência ecológica? **Rössler** - O projeto Cepaleo favorece a criação de corredores ecológicos. E isso a legislação tem o direito de fazer. Então, desde o início de uma conscientização da população, agora mais sistemática. Não apenas através de visitas, notificações ou por alguns eventos que fazemos.



Como chegar ao Centro Paleontológico e Museu

Pela BR 116 ou 280 até Mafra (SC), ir até o Campus da UnC (Universidade do Contestado) situado na Avenida Presidente Nereu Ramos, 1071 - Mafra - SC
Fone/fax: 47-6423059 - ramal 214
E-mail: cenpaleo@mfa.unc.br
Home page: www.mfa.unc.br/cenpaleo/entrada.htm

Jovens querem acesso ao ensino superior

A Comissão Especial da Juventude no Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa realizaram na sexta-feira (19), em Chapecó, mais um debate do ciclo de seis audiências públicas regionais, que termina em Florianópolis, no dia 26.

Uma das necessidades já constatadas é a de aumentar o acesso dos jovens ao ensino superior. A discussão avançou quanto à faixa etária, para definir quem são os jovens que serão atendidos pelas políticas públicas estruturadas para o segmento.

O deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC), que integra a Comissão Especial da Juventude e coordena as audiências em Santa Catarina, reafirma a necessidade de definir "o que é ser jovem para se avançar no debate". Ele lembra que a maioria das políticas existentes atinge a faixa etária dos 14 aos 24 anos e que, deste universo, 50% dos jovens com idade de trabalho estão desempregados e 70% não têm condições de chegar ao ensino superior.

Vignatti acredita que a vontade dos jovens de ter acesso à

universidade em sua própria região, principalmente no Planalto Serrano e no Oeste, está fortemente relacionada com a família e a atividade agrícola. "Está existindo um processo de reversão provocado pelo encarecimento e precariedade da vida urbana e pela realidade da economia com característica familiar".

Na região sul do país, 19% da população estão na área rural e desejam permanecer no campo.

A informação é de Severine Carmem Macedo, coordenadora da juventude da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar-Fetraf/Sul. "Para ficarmos na terra precisamos de uma educação que valorize o espaço rural para não tornar ainda mais precário o espaço urbano. Precisamos garantir os movimentos nos quais as políticas da juventude nasçam a partir dos

jovens, e não dos tutores", diz Severine.

A técnica critica a proposta que aponta objetivos e metas para o plano nacional da juventude e serve de base para a elaboração dos documentos que estão sendo formulados nos estados para a discussão nacional que acontece em abril, em Brasília. "A proposta sobre o trabalho está muito restrita à capacitação profissi-

onal e não prevê o aspecto de geração de renda. Temos que pensar em mercado de trabalho com iniciativas para a geração de renda, como cooperativas e microempresas, e para isso será necessário o governo disponibilizar crédito", defendeu.

Severine assinalou que as audiências públicas são importantes para se construir uma pauta comum à juventude rural e urbana.



Audatório da Unochapecó lotou na penúltima audiência do ciclo de debates

Outras propostas

Na área da educação, os jovens apontaram como prioridade no Estado a ampliação dos recursos para o Artigo 170, que atualmente garante bolsas de estudo, pesquisa e extensão e crédito educativo. Edson Bevilacqua, que coordenou o grupo de discussão sobre o assunto, diz que, além dos recursos, eles gostariam que fosse abolido o financiamento. "Não temos como pagar a universidade agora e, sem garantia de trabalho, após o término da graduação como é que iremos pagar os financiamentos?"

A criação de espaços públicos para esporte e lazer também foi outra proposta escolhida pelos grupos de discussão. "Esses espaços são educativos e estimulam a criação de uma boa índole, de obediência às regras, de limites. O esporte trabalha esses conceitos sociais. Na medida em que se perdem os espaços de lazer e prática de esporte, se tem como consequência o uso de drogas, criminalidade, gravidez infanto-juvenil", defendeu o professor e coordenador do grupo de esporte, cultura e lazer, Dilço Tesaro. (SD)

Relatório fiscal é contestado

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que integra a Comissão de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), questionou o relatório do balanço da gestão fiscal dos últimos quatro meses de 2003 do governo estadual, apresentados em audiência pública no dia 24. Os dados foram anunciados pelo secretário estadual da Fazenda, Max Bornholdt e Vieirão afirmou que o relatório apresentado não é o mesmo publicado no DOU (Diário Oficial da União) em 2 de fevereiro deste ano.

Ele apontou equívocos nos números publicados. "Existe duplicidade de somas como em restos a pagar, que apresentam o valor de R\$ 600 milhões, quando este número é de

R\$ 300 milhões. Em outros quadros também existem valores equivocados por falta de conferência", comentou. Explicou que a contestação dos valores contestados é referendada pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado).

O diretor de Contabilidade do Estado, Vanderlei Pereira Neves, reconheceu alguns dos equívocos apontados pelo parlamentar e informou que será feita uma nova checagem dos números para ver se realmente estão distorcidos. Neves argumentou que a Secretaria da Fazenda teve dificuldades de pessoal para constituir a equipe que faz a conferência. "Agora isso está sendo sanado com a contratação de 50 novos contadores, um para cada Secretaria Regional e mais sete para a Fazenda", informou. (SD)

Agricultura aprecia proposições

Em reunião no final da tarde de quarta-feira (24), a Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), votou pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 17.8, de autoria do deputado Antônio Ceron (PFL). O PL previa tratamento diferenciado na cobrança do ICMS/Simples para agricultores, mas conforme parecer do relator, deputado Pedro Baldissera

(PT), já existe lei contemplando o assunto.

O PL nº 163.8/03, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que estabelece mudanças na no transporte de adubos oriundos de camas de aviários, suscitou a necessidade de ampliar os debates, ouvindo especialistas na área. Segundo o relator, deputado Valmir Comin (PP), ele deveria ser transportado de-

pois de estar seco, pois in natura causa danos à saúde e ao meio ambiente. Baldissera sugeriu então, ampliar as discussões com a presença de representantes de sindicatos da categoria. "Este é um assunto que tem que ser amplamente discutido, pois traz danos a muitos agricultores", argumentou. Aprovada a sugestão, reunião extraordinária deverá ser realizada no dia 31. O relator pediu vistas. (DAB)

CPIs

Dívida Pública recebe documentos do TCE



Documentos serão analisados para elaboração do relatório final

Atendendo a um pedido de informação feito pelos membros da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida Pública, no dia 17 de dezembro de 2003, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) entregou aos parlamentares, na tarde do dia 24, um total de nove volumes, dando início à fase documental dos trabalhos da Comissão. Segundo o deputado João Paulo Kleinübing (PFL), presidente da CPI, a primeira fase consistiu no esclarecimento do valor da dívida pública de Santa Catarina, caben-

do ao relator, deputado Ronaldo Benedet (PMDB), analisar os documentos do TCE e entregar o relatório até o prazo final da Comissão, 8 de maio. Na próxima quarta-feira (31) haverá nova reunião. Até o momento, os parlamentares chegaram à conclusão de que a dívida total do Estado é de R\$ 10 bilhões, sendo que a dívida fundada externa e interna passa dos R\$ 8 bilhões. A dívida fundada interna é contratada no país, enquanto a externa é contratada fora do território nacional. (RV)

Eccel entra com novo PLC ao Artigo 170

O deputado Paulo Eccel (PT) apresentou novo PLC (Projeto de Lei Complementar) para ampliar o número de bolsas de estudo aos alunos matriculados nos cursos de graduação das instituições de ensino superior. O PLC nº 08/2004, protocolado na manhã do dia 18, prevê o escalonamento dos recursos destinados às bolsas do ensino superior. São distribuídos da seguinte forma: 70% dos recursos serão aplicados em 2005, 85% em 2006 e 100% a partir de 2007.

Um dia antes, na tarde de quarta-feira (17), depois de um empate em 18 votos, foi mantido o veto do governo à proposta construída no ano passado, depois de diversas audiências públicas regionais realizadas pelas Comissões de Educação e Constituição e Justiça. Para derrubar um veto são necessários 21 votos. O novo PLC, como o anterior, mantém a totalidade dos recursos do Artigo 170 para bolsas de estudo e de pesquisa para alunos carentes do ensino superior.

O projeto altera ainda os percentuais de distribuição, determinando 90% para o sistema Acafe e 10% para as instituições privadas, além de garantir uma maior participação dos estudantes e da sociedade na fiscalização da distribuição dos recursos. Paulo Eccel pretende continuar a debater o tema com a sociedade. Ele argumenta: "Espero que o governo estadual participe dos debates desta vez. Santa Catarina é o penúltimo Estado em oferta de vagas nas universidades públicas, ganhando apenas do Piauí. Aqui, UFSC e Udesc respondem



Deputado Paulo Eccel

por somente 10% das vagas no ensino superior. O Artigo 170 é uma alternativa emergencial para diminuir o sofrimento de vários universitários". (CM)

Ioesc sob investigação

O deputado Celestino Secco (PP) anunciou em plenário, no dia 18, o encaminhamento de pedido ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) para que tome providências investigativas com relação à denúncias de terceirização de serviços pela IOESC (Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina), sem o devido processo licitatório.

Ele solicitou que a Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, presidida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), busque esclarecer os fatos. "Todo periódico de ordem pública tem de ser produzido pela Ioesc. Se não houver capacidade, é necessário fazer licitação para que o material público seja produzido em uma gráfica particular", argumentou, citando o caso da impressão de um informativo pela empresa Roylter, sem a devida tomada de preços para a execução de tal serviço. O custo pago pelo Estado foi de R\$ 8.250.

Herneus de Nadal, líder do governo, respondeu que, no momento em que Celestino Secco entrar com o pedido, o próprio TCE, ou qualquer órgão do governo, vai dar as devidas explicações, "porque é dever do Executivo". (DAB)

Combate à discriminação racial

A deputada Odete de Jesus (PL) lembrou em plenário, na sessão do dia 24, o Dia Mundial de Combate à Discriminação Racial, comemorado no dia 20 de março. Odete falou sobre a luta diária contra o preconceito racial e que muitos negros já deram suas vidas pela causa. A quota de alunos negros nas universidades também foi destacada.

"Esse assunto não teria mais que ser discutido. Os negros

têm direitos iguais a todos. Não é a cor da pele que define o quociente de inteligência e sim o que homens e mulheres podem fazer com seus trabalhos e projetos na construção da sociedade", disse. O poeta Cruz e Sousa e a professora Antonieta de Barros, primeira deputada mulher, foram citados como símbolos culturais do Estado. "Perante Deus todos somos iguais. A discriminação é uma atitude preconceituosa e abominável", concluiu. (GMP)

Polêmica sobre divisão territorial



Deputado Romildo Titon

O deputado Romildo Titon (PMDB) informou na sessão plenária do dia 24, que a Procuradoria do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), em conjunto com a Procuradoria Geral da Justiça, pretende declarar inconstitucional a Lei Estadual 11.361/00, que trata da divisão de territórios nos municípios de Campos Novos e região.

Segundo o parlamentar, o processo, que está no TSE (Tribunal Superior Eleitoral),

decidirá, por exemplo, se a comunidade de Barra do Leão continuará pertencendo ao município de Capinzal, da qual fica distante oito quilômetros, ou volta a pertencer a Campos Novos, cuja distância é de 20 quilômetros. "Fui designado pela Mesa da Casa para explicar o caso à população desses municípios, já que a comunidade será prejudicada caso tenha de voltar a pertencer a outro município", explicou. (TK)

Agenda

Dia 30, 9 h – Audiência pública da Comissão de Saúde - Análise e divulgação do relatório trimestral do SUS
Local: Plenarinho

Dia 30, 19h30min – Sessão especial pelo 30º aniversário da enchente de Tubarão
Local: Plenário

Dia 31, 18 h – Audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher – "Violência sexual contra a criança e o adolescente". Lançamento do livro "Da favela para o mundo – trajetória do afroreggae" e da programação cultural do Movimento Hip Hop
Locais: Plenário e Sala de Imprensa

Dia 31, 19 h – Lançamento da 16ª Festilha 2004 – Festa das Tradições da Ilha – São Francisco do Sul
Local: Hall da Assembléia Legislativa

Dia 1º, 14 h – Audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – Aplicação do Estatuto da criança e do Adolescente e Exploração Infanto-juvenil
Local: Edifício do Fórum de Laguna

Salários baixos trazem ameaça de greve

Por falta de proposta concreta e efetiva de melhorias na remuneração salarial dos professores da rede estadual, a categoria está ameaçando entrar em greve no mês de abril. "Depois de muita insistência, conseguimos que uma comissão fosse nomeada para elaborar um levantamento do magistério, a fim de resgatar as principais reivindicações da categoria, nos últimos 15 meses", informou o líder da bancada pefelista, deputado Antônio Ceron.

Ceron quer uma explicação do governo sobre o anunciado aumento de 23% nos gastos com folha. "Como o go-

verno teve este aumento se os servidores públicos receberam apenas 1% de reajuste e 3% de prêmio, conforme prevê projeto aprovado pelos deputados da situação", perguntou. Ele lembrou ainda que houve aumento na alíquota previdenciária dos servidores, estabelecida em 11% em projeto encaminhado pelo governo na convocação extraordinária em janeiro. O governo, de acordo com o raciocínio do pefelista, puxou os gastos mensais com a folha de R\$ 130 milhões para R\$ 180 milhões com a criação das secretarias regionais e criação mais cargos comissionados. (DAB)



Deputado Antônio Ceron

Diversão e solidariedade aos 60

Tia Chica leva alegria e vontade de viver a outros idosos

Tatiana Kinoshita

Ainda criança, na cidade de Urubici, Franca e cidade de Oliveira, mais conhecida como Tia Chica, preferia a companhia de idosos a brincar com crianças de sua idade. Para estar perto deles inventava novenas e, sempre que podia, juntava grupos de velhinhos para rezar. Assim, conseguia promover novas amizades entre idosos que moravam no mesmo bairro. Entretanto, quando seu pai faleceu, a mãe ficando viúva, Chica percebeu a importância de ter um local onde a terceira idade pudesse se reunir.

Assim, nasceu a idéia de um clube dedicado a eles.

Tia Chica já fundou três clubes, cujo forte eram os bailes destinados a esse público. Tanto, que seu antigo negócio, o Clube Fantástico, ainda é lembrado pela maioria dos frequentadores de seu clube atual, o Maré Alta, em São José. Com valores simbólicos de ingressos, R\$ 4,00 para homens e R\$ 2,00 para mulheres, em plena tarde de segunda-feira, vários casais de aposentados rodopiavam felizes ao som de canções co-

nhecidas, tocadas ao vivo, além de comerem um lanche reforçado.

“Promovemos bailes para a terceira idade com o intuito de mostrar que não é pelo fato deles terem ficado viúvos ou mesmo terem sido abandonados pelos filhos que suas vidas têm que acabar. Fazer amizades e dançar ao invés de ficar cuidando dos netos, em casa, faz bem para a mente e só prolonga a vida”, comenta. E declara com convicção: “Me sinto renovada só de acompanhar a energia com

que eles dançam. Alguns de meus melhores amigos estão dançando neste momento”.

Trabalhar com essa moçada experiente também promove histórias engraçadas. Ao término de cada baile, já foram encontradas inúmeras dentaduras perdidas no local. “Se ninguém me procura pedindo a dentadura de volta, acabo levando para casa. Já tenho uma coleção imensa”, brinca Tia Chica.



Tia Chica e seus convidados especiais, numa tarde de segunda-feira

(fotos Carlos Kilian)

O mais ativo

O frequentador mais antigo do Clube Maré Alta, além de ser o mais idoso, também é o mais ativo. O aposentado Mário Gueter, de 90 anos, foi eleito o Rei Momo do Carnaval do Maré Alta deste ano. “Para mim, a vida recomeça todos os dias. Tenho 90 anos, mas muita energia para dançar e me solidarizar com outras pessoas”, disse.

Gueter tem tanta energia que chega a viajar para ir a outras festas. “Essa história de velho ter que ficar em casa ou na praça dando pão aos pombos comigo não existe. Vou onde tiver que ir para me divertir. Ainda faço muito da minha vida, não bobo”, finalizou.



Idosos também praticam solidariedade

Tia Chica também faz os idosos praticarem solidariedade. Em datas festivas como Natal, Carnaval e Páscoa já é rotina os frequentadores do Maré Alta alugarem um ônibus e irem até asilos e hospitais visitar outros velhinhos que também precisam de companhia, mas não têm como se locomover. “Como não contamos com a ajuda de nenhum patrocinador, promovemos bingos para arrecadar dinheiro e assim alugar um ônibus para chegar a esses lugares”, explicou Chica. “A terceira idade é mais solidária do que muitos jovens e eles adoram fazer esse tipo de

programa. No carnaval passado, fomos todos fantasiados a uma casa de apoio chamada Orionópolis, aqui de São José, que cuida de idosos e crianças carentes, para levar um pouco de alegria”, completou.

Para a frequentadora Lurdes Maria Ramos Macowiecki, de 60 anos, visitar pessoas necessitadas é mais divertido do que dançar. “Me sinto útil e feliz ao levar alegria para esses velhinhos que, na maioria das vezes, foram abandonados por suas famílias em asilos e hospitais. Prefiro vir dançar e praticar solidariedade ao invés de ficar em casa me de-

primindo”, argumentou.

A aposentada Lenici Maria Silva, de 62 anos, conta que sua vida antes de frequentar o Maré Alta era a pior possível. “Só vivia dentro de casa e era uma pessoa muito triste. Um dia uma amiga me trouxe aqui e desde então eu mudei, sou muito mais feliz agora”, afirma. “Por isso, gosto de levar alegria a outras pessoas. Me sinto realizada todas as vezes que vamos até o Hospital Regional e Colônia Santana para ver os olhos de outros idosos brilhando de felicidade pelo fato de que alguém se lembrou deles.”



Carnaval de 2004, comemorado na Orionópolis